

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO
SUSTENTÁVEL**

POLO TURÍSTICO DO VALE DO JEQUITINHONHA

Volume 1

RESUMO EXECUTIVO

Contrato de prestação de serviços especializados n. 004/2003, que celebram entre si a Secretaria de Estado de Turismo e a Fundação João Pinheiro, por intermédio do Centro de Estudos Econômicos e Sociais, para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, em 27 de junho de 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Alameda das Acácias, 70.
São Luis/Pampulha
31.275-150 – Belo Horizonte
Caixa Postal 1200 – CEP: 30.160-970
Telefone (31) 3448-9400
FAX: (031) 3448-9741
e-mail geral @fjp.mg.gov.br
http: www.fjp.mg.gov.br

COORDENAÇÃO GERAL

Centro de Estudos Econômicos e Sociais
Maria Aparecida Arruda
Nelson Antônio Quadros Vieira Filho
Patrícia Albano Maurício da Rocha

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Afonso Celso Gomes
Aline Costa de Queiroz

CRIAÇÃO DA CAPA

Wagner Bottaro

APOIO ADMINISTRATIVO

Doralisse de Oliveira A. Rocha.

IMPRESSÃO

Organizações Lerbach Ltda.
Avenida dos Engenheiros, 1520.
Castelo
Belo Horizonte

Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Econômicos e Sociais

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte, 2004. 13 v. il.

Conteúdo: v.1 – Resumo Executivo. v.2 – Parte 1 – Área de Planejamento. Parte 2 – Dinâmica Econômica e Social. v.3 – Infra-estrutura. v.4 – Patrimônio Histórico e Cultural. v.5 – Aspectos sócio-ambientais. v.6 – Capacidade Institucional Municipal. v.7 – Capacitação do Setor Privado envolvido com o Setor Turístico. v.8 – Parte 1– Produtos Turísticos e Atrativos. Parte 2 – Qualidade e Oferta de Alojamentos e outros Equipamentos Turísticos. v.9 – Parte 1 – Educação da Comunidade para o Turismo. Parte 2 – Capacitação do Profissional para o Turismo. v.10 – Parte 1 – Perfil do Turista. Parte 2 – Gastos Turísticos. Parte 3 – Demanda Atual e Potencial. v.11 – Parte 1 – Estratégias de Desenvolvimento Turístico. Parte 2 – Quadros Prospectivos. v.12 – Quadros Prospectivos: Projeção do Emprego por Município. v.13 – Plano de Ação.

1. Turismo – Vale do Jequitinhonha 2. Planejamento Turístico – Vale do Jequitinhonha.

CDU: 379.85 (815.1 – 0 Jequitinhonha)

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO
SUSTENTÁVEL**

POLO TURÍSTICO DO VALE DO JEQUITINHONHA

Volume 1

RESUMO EXECUTIVO

Belo Horizonte
Novembro de 2004

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDITS) do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR/NE II) foi elaborado pelo Centro de Estudos Econômicos e Sociais da Fundação João Pinheiro, atendendo a demanda da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.

A metodologia de elaboração do PDITS, detalhada nos diversos itens que compõem o documento principal do Plano, demandou o levantamento de vários tipos de dados, primários e secundários, sobre a região, de forma a atender aos itens especificados no Termo de Referência do Plano, em seu Anexo A. As pesquisas relativas ao inventário turístico e ao patrimônio histórico, capacidade institucional dos municípios e do setor privado, aspectos socioambientais e capacitação da população para o turismo, ocorreram no período de julho a agosto de 2003. A pesquisa de demanda atual e potencial foi realizada em outubro de 2003. Alguns dados, especialmente aqueles relativos aos componentes socioambiental e à capacitação do profissional para o turismo, foram passíveis de atualização até julho de 2004. O resultado, em termos de diagnóstico, estratégias e plano de ação, foi também ajustado a partir de amplas discussões realizadas com o Conselho do Pólo e representantes da região em reuniões ocorridas em Diamantina, em maio, junho, julho e novembro de 2004, que tiveram por objetivo promover a participação pública no processo de elaboração do PDITS e sua validação.

O Plano compreende os seguintes volumes:

Volume 1 – Resumo Executivo

Volume 2 – Parte 1 – Área de Planejamento

Parte 2 – Dinâmica Econômica e Social

Volume 3 – Infra-estrutura

Volume 4 – Patrimônio Histórico e Cultural

Volume 5 – Aspectos Socioambientais

Volume 6 – Capacidade Institucional Municipal

Volume 7 – Capacitação do Setor Privado envolvido com o Setor Turístico

Volume 8 – Parte 1 – Produtos Turísticos e Atrativos

– Parte 2 – Qualidade e Oferta de Alojamento e outros Equipamentos

Turísticos

Volume 9 – Parte 1 – Educação da Comunidade para o Turismo

– Parte 2 – Capacitação do Profissional para o Turismo

Volume 10 – Parte 1 – Perfil do Turista

– Parte 2 – Gastos Turísticos

– Parte 3 – Demanda Atual e Potencial

Volume 11 – Parte 1 – Estratégias de Desenvolvimento Turístico

– Parte 2 – Quadros Prospectivos

Volume 12 – Quadros Prospectivos: Projeção do Emprego, por Município

Volume 13 – Plano de Ação

Operando em um horizonte temporal de planejamento que vai até 2020, este Plano representa um poderoso instrumento capaz de potencializar as vantagens e superar as principais limitações ao desenvolvimento integrado e sustentável do turismo da região, induzindo, em decorrência, o incremento do emprego e da renda, além de promover outros benefícios econômicos e socioambientais para a população da região e do Estado.

O Resumo Executivo do PDITS, que se apresenta no presente volume, está estruturado em quatro partes. A primeira parte contém as principais conclusões do

diagnóstico da Área de Planejamento. Para efeito de maior clareza de exposição, neste Resumo Executivo os itens “Perfil do Turista”, “Gastos Turísticos” e “Demanda Atual e Potencial” (3.11, 3.12 e parte do 3.14 do Anexo A) foram aglutinados em um único item, intitulado “Gastos Turísticos e Perfil da Demanda Efetiva”.

A segunda parte contempla um sumário das diretrizes, estratégias e ações propostas para superar as limitações identificadas no diagnóstico e promover o almejado desenvolvimento turístico da região.

A terceira parte resume alguns quadros prospectivos relativos aos fluxos turísticos previstos, envolvendo dois cenários: um conservador, em que não se pressupõem ações do PRODETUR e um otimista em que se pressupõem as ações contempladas neste PDITS.

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Nelson Antônio Quadros Vieira Filho (FJP)

Maria Aparecida Arruda (FJP)

Patrícia Albano Maurício da Rocha (FJP)

ELABORAÇÃO

Ângelo Costa Gurgel (consultor)

Cristiano João dos Reis Milagres de Paula (consultor)

Deusdedit Soares dos Santos (FJP)

Eduardo Eugênio Quirino Câmara (COPASA/MG)

Ermelinda Gomes Christófaro (SETUR/UEE)

Grécia Carlos Amaral Almeida (FJP)

Ivanete de Deus Simões Vargas (consultora)

José Euclides Alhadadas Cavalcanti (consultor)

Luciano Amorim Borges (consultor)

Marcos Flávio da Silva (SETUR)

Maria Aparecida Arruda (FJP)

Maria de Fátima Cunha (FJP)

Maria Marta Martins Araújo (FJP)

Maria Teresa Monteiro de Castro Lisboa (DER)

Nelson Antônio Quadros Vieira Filho (FJP)

Patrícia Albano Maurício da Rocha (FJP)

Raquel Faria Scalco (consultora)

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1 –	Produto Interno Bruto total a preços constantes (PIB), ordem, PIB por habitantes e taxas de crescimento dos municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais, 1990 e 2000.....	27
TABELA 1.2 –	Estrutura setorial do Produto Interno Bruto (PIB) segundo os municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais, 1990 e 2000.....	29
TABELA 1.3 –	População total e taxas anuais de crescimentos nos períodos intercensitários – Municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais.....	30
TABELA 1.4 –	População total, urbana e rural dos municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais.....	31
TABELA 1.5 –	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e índices componentes por município, Minas Gerais e Brasil. 1991 e 2000.....	33
TABELA 1.6 –	Percentual de pessoas vivendo em domicílios com água encanada e banheiro e água encanada nos municípios da Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais – 2000.....	37
TABELA 1.7 –	Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes urbanos segundo a coleta ou destino do lixo nos municípios da Área de Planejamento e em Minas Gerais, 2000.....	39
TABELA 1.8 –	Número e tipo de atrativos por município da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003.....	66
TABELA 1.9 –	Atrativos histórico-culturais e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003.....	67
TABELA 1.10 –	Atrativos naturais e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003.....	69
TABELA 1.11 –	Manifestações culturais e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003.....	71
TABELA 1.12 –	Acontecimentos programados e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003.....	73
TABELA 1.13 –	Realizações técnicas e científicas contemporâneas e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003.....	75

TABELA 3.1 –	Cenário conservador – Crescimento à taxa anual de 2% do fluxo de turistas no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, 2001/2020.....	129
TABELA 3.2 –	Cenário otimista – Incremento de 10% do fluxo de turistas, à taxa anual de 2%, no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha.....	130
TABELA 3.3 –	Cenário otimista – Situação desejada com o aumento de dias de permanência e dos gastos turísticos no Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha.....	131
TABELA 4.1 –	Plano de Ação: Projetos a serem financiados pelo PRODETUR/NE II	135
TABELA 4.2 –	Plano de Ação: Projetos rodoviários a serem financiados pelo PRODETUR/NE II.....	136
TABELA 4.3 –	Plano de Ação: Projetos com outras fontes de financiamento.....	137
TABELA 4.4 –	Plano de Ação: Projetos rodoviários com outras fontes de financiamento.....	138
TABELA 4.5 –	Resumo dos investimentos para Capelinha.....	139
TABELA 4.6 –	Resumo dos investimentos para Couto de Magalhães de Minas	139
TABELA 4.7 –	Resumo dos investimentos para Diamantina	140
TABELA 4.8 –	Resumo dos investimentos para Felício dos Santos.....	140
TABELA 4.9 –	Resumo dos investimentos para Itamarandiba.....	141
TABELA 4.10 –	Resumo dos investimentos para Minas Novas.....	141
TABELA 4.11 –	Resumo dos investimentos para São Gonçalo do Rio Preto.....	142
TABELA 4.12 –	Resumo dos investimentos para Serro.....	142
TABELA 4.13 –	Resumo dos investimentos para Turmalina.....	143

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1 –	Áreas das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável nos municípios da Área de Planejamento.....	55
QUADRO 4.1 –	Plano de Ação: Municípios beneficiados e valor a ser financiado pelo PRODETUR/NE II.....	134

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1.1 – Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha....	22
FIGURA 1.2 – Rede Rodoviária da Área de Planejamento.....	43
FIGURA 1.3 – Atrativos histórico-culturais e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003.....	67
FIGURA 1.4 – Atrativos naturais e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003.....	69
FIGURA 1.5 – Manifestações culturais e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003.....	71
FIGURA 1.6 – Acontecimentos programados e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003.....	73
FIGURA 1.7 – Realizações técnicas e científicas e hierarquia nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2003.....	75

SUMÁRIO

1 DIAGNÓSTICO	17
1.1 A Área de Planejamento.....	17
1.1.1 Introdução.....	17
1.1.2 Definição da Área de Planejamento.....	19
1.2 Dinâmica socioeconômica.....	25
1.2.1 Análise da dinâmica econômica.....	25
1.2.2 Análise social.....	29
1.3 Infra-estrutura.....	36
1.3.1 Saneamento básico – Água e esgoto.....	36
1.3.2 Saneamento – Coleta e disposição de resíduos sólidos.....	38
1.3.3 Drenagem urbana.....	40
1.3.4 Transporte.....	40
1.4 Patrimônio histórico e cultural.....	45
1.5 Aspectos socioambientais.....	54
1.6 Capacidade institucional.....	59
1.7 Capacitação do setor privado envolvido com o setor turístico.....	62
1.8 Produtos turísticos e atrativos.....	64
1.8.1 Metodologia de construção do inventário da oferta turística, sistema de classificação e hierarquia dos atrativos.....	64
1.8.2 Hierarquização e caracterização dos atrativos.....	65
1.8.3 Produtos turísticos, demanda e relação qualidade/preço.....	78
1.8.4 Segmentos turísticos com potencial.....	79
1.8.5 Produtos e atrativos turísticos complementares.....	80
1.8.6 Produtos e atrativos turísticos: Principais conclusões.....	81
1.9 Qualidade e oferta de alojamento e outros equipamentos e serviços de apoio ao turismo.....	81
1.9.1 Recomendações.....	87
1.10 Capacitação da população para o turismo.....	89
1.10.1 Educação da comunidade para o turismo.....	89

1.10.2 Capacitação do profissional para o turismo.....	90
1.11 Gastos turísticos e perfil da demanda efetiva.....	93
1.12 Demanda potencial.....	97
1.13 Conclusões gerais do diagnóstico.....	99
2 DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS E AÇÕES.....	101
2.1 Atrativos e produtos.....	103
2.1.1 Patrimônio histórico e cultural	103
2.1.2 Aspectos socioambientais e atrativos naturais.....	105
2.1.3 Manifestações culturais, acontecimentos programados e realizações técnicas e científicas contemporâneas	109
2.1.4 Produtos turísticos.....	110
2.2 Destinos turísticos: Infra-estrutura, alojamentos e outros equipamentos e serviços turísticos.....	111
2.2.1 Infra-estrutura	111
2.2.2 Qualidade e oferta de alojamentos e outros equipamentos e serviços de apoio ao turismo.....	115
2.3 Gestão e capacitação	117
2.3.1 Capacidade institucional	117
2.3.2 Capacitação do setor privado envolvido com o setor turístico.....	119
2.3.3 Capacitação da população para o turismo.....	121
2.4 Mercado e promoção turística.....	124
3 QUADROS PROSPECTIVOS.....	127
4 PLANO DE AÇÃO – ORÇAMENTO.....	133

1 DIAGNÓSTICO

1.1 A Área de Planejamento

1.1.1 Introdução

O Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, institucionalizado no Decreto 43.573 de 08/09/03,¹ insere-se no PRODETUR/NE, na sua fase II, e compreende trinta municípios, distribuídos pelas três unidades geográficas: Alto Jequitinhonha, Médio Jequitinhonha e Baixo Jequitinhonha.²

Tendo em vista o grande número de municípios que constituem o Pólo e o volume relativamente escasso de recursos disponíveis para a realização e implementação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável em Minas Gerais, era indispensável definir uma área mais restrita de planejamento, ficando os demais municípios para serem trabalhados em um segundo momento.

Com base nos critérios de existência de atrativos turísticos mais significativos e de ocorrência de maior número de ocupados nos setores Hotéis e Similares, e Bares e Restaurantes (Censo Demográfico, 2000 – Amostra), utilizados como indicadores de presença mais efetiva de serviços turísticos e de potencial turístico, a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais optou por realizar primeiro as pesquisas necessárias, para, posteriormente, passar à fase de definição da Área de

¹ Este decreto do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais altera o Decreto 41.916, de 20 de setembro de 2001, que consolida as disposições referentes ao Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo nas Regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais – PRODETUR/MG integrantes do PRODETUR/NE – II.

² Os 30 municípios por unidade geográfica são: **Alto Jequitinhonha:** Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Itamarandiba, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Serro, Turmalina, Veredinha. **Médio Jequitinhonha:** Araçuaí, Berilo, Chapada do Norte, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Ponto dos Volantes, Ponto dos Volantes, Virgem da Lapa. **Baixo Jequitinhonha:** Almenara, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Pedra Azul, Rubim e Salto da Divisa.

Planejamento e de elaboração do PDITS. Foram contemplados nove municípios: *Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Itamarandiba, Minas Novas, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina.*

É importante registrar que parte substantiva desses municípios está inserida em área onde estão sendo desenvolvidos importantes programas turísticos: Diamantina, Serro, São Gonçalo do Rio Preto, Felício dos Santos e Couto de Magalhães de Minas fazem parte do Circuito Turístico dos Diamantes;³ Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto e Serro integram a Estrada Real;⁴ Diamantina, Serro, São Gonçalo do Rio Preto, Couto de Magalhães de Minas, Minas Novas e Turmalina inserem-se nas ações previstas pelo Programa de Turismo Solidário da Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas – SEDVAN;⁵ e Diamantina é piloto do Projeto “Cara Brasileira”, do SEBRAE, que prevê o desenvolvimento de ações de estruturação do produto local e sua divulgação.⁶

As ações do PRODETUR/NE II, de forma sinérgica às ações previstas nesses e em vários outros programas direcionados à região, deverão contribuir de modo expressivo para o desenvolvimento turístico da região.

³ No âmbito da política de Minas Gerais para o turismo, a Secretaria de Estado do Turismo tem induzido a criação de Circuitos Turísticos. O Circuito Turístico tem como finalidade organizar os municípios com afinidades culturais, sociais e econômicas para alavancar o desenvolvimento da atividade turística, em busca da sustentabilidade, consolidando uma identidade regional. O Circuito busca, também, meios de capacitar os profissionais do setor, de aumentar o fluxo e a permanência do turista, como forma de gerar empregos e aumentar a renda, de estimular a preservação e a recuperação dos patrimônios culturais e naturais, de melhorar a qualidade de vida da população e o atendimento ao turista. Os circuitos são geridos por associações autônomas envolvendo o Poder Público municipal, a iniciativa privada e outros parceiros ligados à atividade. O Circuito dos Diamantes é composto pelos municípios de Diamantina, Serro, São Gonçalo do Rio Preto, Felício dos Santos, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Gouveia, Presidente Kubitschek, Santo Antônio do Itambé e Senador Modestino Gonçalves.

⁴ O Projeto “Estrada Real”, que é uma parceria entre o Governo do estado de Minas Gerais e o Instituto Estrada Real, da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), prevê a transformação da Estrada Real no maior roteiro turístico do interior do País. Além de oito municípios fluminenses e sete paulistas, abrange 162 municípios mineiros. O projeto tem o objetivo de desenvolver o potencial turístico da área de influência do programa, rica em atrativos histórico-culturais e naturais, em boa parte ainda pouco explorados.

⁵ Programa que busca estimular o crescimento do fluxo de turismo na região, de forma socialmente responsável, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades locais, por meio de ações envolvendo turistas e comunidades, a partir da sensibilização, mobilização e capacitação dos atores locais e do desenvolvimento e promoção de produtos turísticos.

⁶ Projeto que pode vir a ser estendido a outros municípios da área no futuro, envolvendo a identificação dos fazeres e saberes locais, visando à criação e diferenciação de destinos turísticos, com foco na hospitalidade, no resgate da gastronomia e na tematização de roteiros e equipamentos turísticos.

Destaca-se, ainda, que entre o Serro, no Alto Jequitinhonha, e Belo Horizonte, principal centro emissor de turistas para esta região, situa-se a importante área turística constituída pelo Parque Nacional da Serra do Cipó e entorno. O desenvolvimento do turismo no Alto do Jequitinhonha, portanto, poderá representar o estabelecimento de um importante corredor turístico, a partir de Belo Horizonte, desde que solucionadas as deficiências de acesso à área e efetivadas as diversas ações para o desenvolvimento integrado do turismo sustentável na Área de Planejamento.

1.1.2 Definição da Área de Planejamento

Conforme indicado no item **3.3.1** do Termo de Referência do Anexo I do PDITS e nas recomendações do Ministério do Turismo, a Área de Planejamento foi definida a partir das pesquisas realizadas nos nove municípios já citados, compreendendo as seguintes etapas:

a) Inventário, hierarquização e seleção dos atrativos. Nesta etapa, foi registrado e sistematizado todo o acervo disponível nos nove municípios pesquisados, por natureza de atrativo, criando o universo a partir do qual serão extraídos os produtos e destinos turísticos que comporão a Área de Planejamento. Selecionaram-se, então, os atrativos de maior grau de competitividade na perspectiva do turismo. Este esforço definiu a marca do turismo da área a ser oferecida no mercado.

b) Mercado e produtos turísticos a serem oferecidos. Nesta etapa, procurou-se, inicialmente, seguindo o Termo de Referência, avaliar a demanda e o crescimento dos fluxos turísticos, bem como a importância do setor turístico para os nove municípios pesquisados do Pólo. Com base nos estudos de demanda efetiva e potencial realizados pela FJP nesses municípios, definiu-se o mercado que se pretende atrair. Procurou-se estabelecer, em grandes linhas, os tipos de produtos turísticos a serem destinados a esse mercado, reconhecendo aqueles que poderão ser vendáveis. Dessa forma, identificaram-se os locais mais propícios para se tornarem destinos turísticos.

c) *Definição da Área de Planejamento.* Nesta etapa, definiu-se o âmbito territorial da Área de Planejamento propriamente dita em função dos mercados turísticos existentes, da marca do turismo que se pretende consolidar para a região e da espacialização dos atrativos, produtos e destinos turísticos a serem trabalhados, abrangendo por inteiro os municípios que os contêm.

As principais conclusões dessas etapas foram:

a) Os atrativos de maior valor turístico (hierarquia I e II) capazes de atrair fluxos internacionais e nacionais concentram-se em Diamantina, Serro e São Gonçalo do Rio Preto. Os demais municípios estudados apresentam apenas atrativos pontuais de interesse regional (hierarquia III), sendo que a maior parte não é ainda comercializada. Os dados indicam que a marca do turismo da região deverá ser associada ao seu valioso patrimônio histórico-cultural, aliado aos atrativos naturais.

b) O fluxo turístico para a área pesquisada é predominantemente regional, sendo que Diamantina e Serro atraem a maioria dos turistas regionais, nacionais e internacionais, interessados no seu patrimônio histórico-cultural e natural. Há também demanda potencial para esse tipo de produto e para a região, em especial para estes dois municípios. Ressalte-se que a região é competitiva em termos de preços e ainda pouco conhecida, sobretudo nos mercados nacional e internacional. Sendo assim, e dadas às condições gerais de acessibilidade e de infra-estrutura para recepção nos destinos, é pertinente e mais factível priorizar em um primeiro momento o mercado nacional e a melhora do perfil dos fluxos regionais (intra-estaduais). Simultaneamente, objetiva-se, também, aumentar os fluxos internacionais para a região. Como os principais produtos turísticos comercializados, equipamentos de hospedagem, alimentação e outros serviços concentram-se em Diamantina e Serro, estes deverão se constituir nos principais destinos turísticos da área pesquisada.

Em função desses pontos mencionados, conclui-se que os municípios que apresentam potencial efetivo em termos de produto e mercado são Diamantina, Serro e São Gonçalo do Rio Preto, onde estão concentrados os atrativos de maior hierarquia (I e II), em condições relativamente favoráveis em termos de distância e acesso aos

principais centros emissores de turistas. Os atrativos dos demais municípios poderão compor roteiros complementares.

c) A partir dessas análises, definiu-se a *Área de Planejamento* da seguinte forma: os municípios de Diamantina, Serro e São Gonçalo do Rio Preto, onde se concentram os principais produtos e destinos turísticos, deverão compor a *área principal* para se trabalhar no âmbito deste PDITS. A área principal de destino é a que apresenta, a curto prazo, melhores condições de retorno dos investimentos do programa e, conseqüentemente, de maior impacto no desenvolvimento da atividade turística no Pólo do Vale do Jequitinhonha, devendo, portanto, ser priorizada na alocação dos recursos. Os demais municípios (Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina), por apresentarem atrativos pontuais complementares e condições limitantes, quer seja em termos de distância ou acessibilidade, disponibilidade de alojamentos e outros equipamentos turísticos, constituem *área complementar*, devendo, como tal, receber recursos de

satisfeitas as necessidades de investimentos integrados na área principal de de

Na FIG. 1.1, pode-se visualizar a Área de Planejamento proposta para o PDITS.

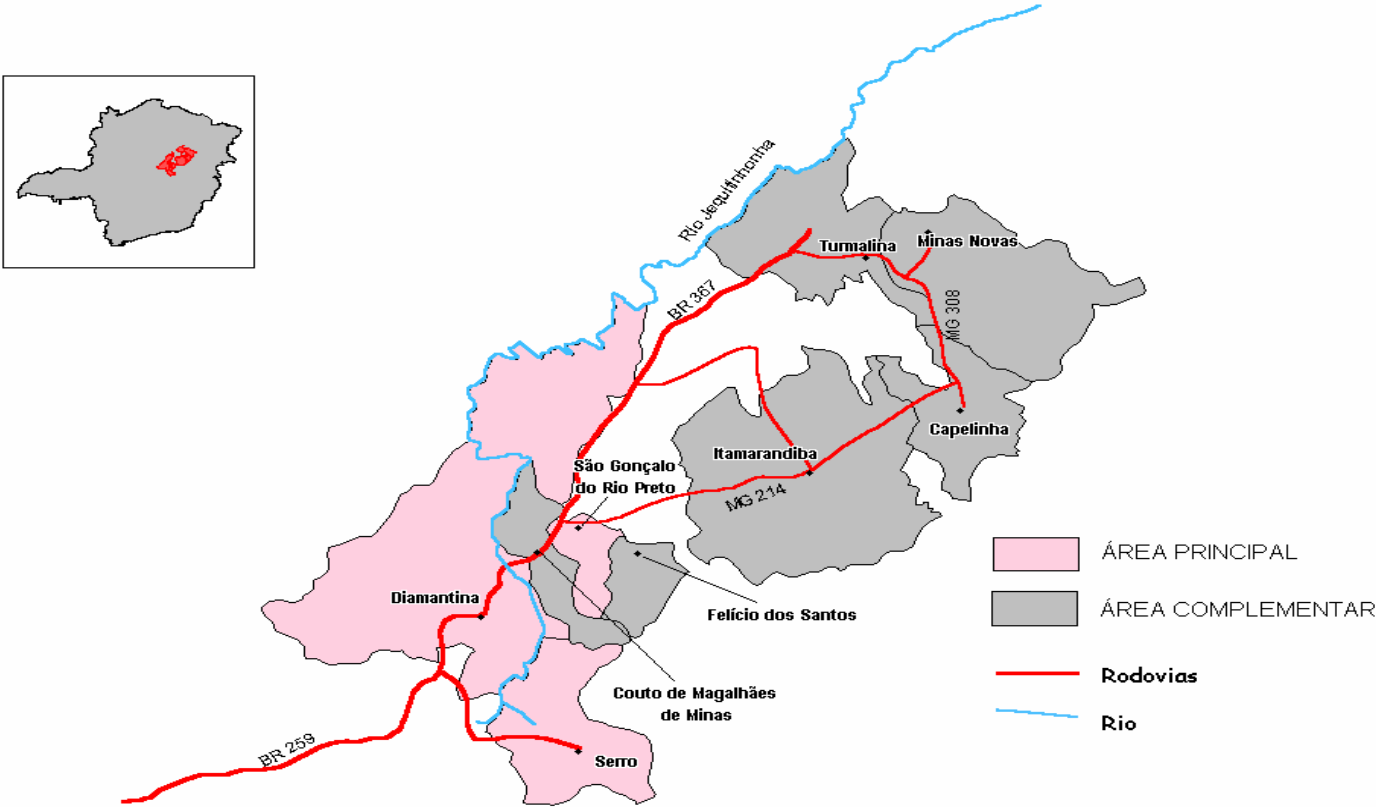


FIGURA 1.1 – Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha.

1.2 Dinâmica socioeconômica

A região do Jequitinhonha é uma das mais problemáticas do Estado de Minas Gerais em termos econômicos e de condições de vida. A análise da dinâmica econômica e social apresentada a seguir confirma esse quadro para a Área de Planejamento.

1.2.1 Análise da dinâmica econômica

Os municípios da Área de Planejamento apresentam certa diversidade econômica, expressa pelo ordenamento do Produto Interno Bruto (PIB) e pelo comportamento dos setores econômicos na década de 1990. Essa diversidade permitiu à Área de Planejamento gerar 37,14% e 41,56% do PIB total do Pólo em 1990 e 2000, respectivamente, com destaque para Diamantina, Capelinha e Itamarandiba.

A geração de riqueza, analisada em função da população – indicador PIB/hab –, mostra uma área em que os índices são inferiores a 50% da média estadual em 2000, variando de 50,29% (Turmalina) a 28,48% (Minas Novas), o que demonstra uma grande fragilidade das economias municipais. Entretanto, se comparada à situação vigente em 1990, há uma relativa melhora dessa relação, exceto em São Gonçalo do Rio Preto e Serro (TAB. 1.1).

Isso pode ser mais bem compreendido quando se analisam as taxas de crescimento do PIB total e seu comportamento na década de 1990: o período 1990-95, com taxas inferiores à média estadual para o Pólo e para a Área de Planejamento (sendo, inclusive, negativas para Diamantina e Itamarandiba) e o período 1995-2000, com resultados melhores. Tal análise revela para o Pólo e para a Área de Planejamento uma performance superior àquela registrada para Minas Gerais, com exceção de São Gonçalo do Rio Preto (TAB.1.1).

Esse desempenho deve ser atribuído à pequena base econômica municipal, e não a um espetacular dinamismo econômico.

TABELA 1.1

Produto Interno Bruto total a preços constantes (PIB), ordem, PIB por habitantes e taxas de crescimento dos municípios,
Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais, 1990 e 2000

SEGMENTO	PIB TOTAL - 1990			PIB TOTAL -2000			PIB/ HABITANTE - 2000		PIB TOTAL - TAXAS DE CRESCIMENTO					
	(R\$1,00)	(%)	Ordem	(R\$1.000,00)	(%)	Ordem	(R\$1,00 p/hab)	nº índice (MG=100)	1990/1995		1995/2000		1990/2000	
									anual	acumulada	anual	acumulada	anual	acumulada
Capelinha	530,53	0,05	216	80451,62	0,08	152	2576,02	46,62	4,82	26,51	14,01	92,63	9,32	143,70
Couto de Magalhães de Minas	95,60	0,01	638	10731,67	0,01	639	2678,23	48,47	0,91	4,64	5,17	28,64	3,02	34,61
Diamantina	1168,10	0,11	111	107273,77	0,11	116	2423,77	43,86	-0,47	-2,34	3,81	20,54	1,64	17,72
Felício dos Santos	83,41	0,01	668	10132,66	0,01	691	1768,66	32,01	2,84	15,06	7,84	45,88	5,31	67,84
Itamarandiba	567,62	0,05	200	68169,18	0,07	174	2318,68	41,96	-1,89	-9,10	11,76	74,34	4,71	58,47
Minas Novas	386,16	0,04	276	48127,61	0,05	263	1570,44	28,42	0,89	4,52	10,62	65,61	5,64	73,10
São Gonçalo do Rio Preto	65,32	0,01	715	6000,62	0,01	800	2025,18	36,65	0,51	2,56	2,13	11,11	1,31	13,95
Serro	316,34	0,03	322	39425,29	0,04	301	1876,32	33,95	4,87	26,83	5,38	29,93	5,12	64,80
Turmalina	366,36	0,04	289	43506,10	0,04	226	2779,05	50,29	2,16	11,27	6,92	39,76	4,51	55,51
ÁREA DE PLANEJAMENTO	3579,44	0,35		413818,51	0,42		2253,23	40,78	1,23	6,32	8,18	48,13	4,65	57,49
PÓLO VALE DO JEQUITINHONHA	9636,49	0,93		995600,45	1,01		2075,79	37,56	1,09	5,55	6,68	38,15	3,84	45,82
MINAS GERAIS	1033570,43	100,00		98867499,73	100,00		5525,95	100,00	2,64	13,92	3,26	17,39	2,95	33,73
Área de Planejamento/Pólo (%)	37,14			41,56										
Área de Planejamento/Minas Gerais (%)	0,35			0,42										
Pólo/Minas Gerais (%)	0,93			1,01										

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (CEI). Centro de Estatística e Informações (CEI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

A composição setorial registra para a Agropecuária, na década de 1990, uma queda de participação no PIB dos municípios. Apesar de em 2000 o setor agropecuário ter registrado elevada participação em Capelinha (42,23), Itamarandiba (29,88) e Minas Novas (24,07), houve crescimento efetivo somente em Capelinha. Ao serem examinadas as taxas médias anuais de crescimento do setor no período 1990/2000 – superiores à média estadual na Área de Planejamento e, principalmente, nos municípios de Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Itamarandiba e Serro –, chama a atenção o seu baixo desempenho em Diamantina e Turmalina (taxas negativas de crescimento).

O setor agropecuário representa, respectivamente, 18,92% e 19,87% do PIB do Pólo e da Área de Planejamento, tendo como atividades principais a pecuária de corte, a produção de alimentos básicos e culturas capitalizadas, como frutas e café, além da silvicultura. O setor apresenta baixos níveis de produtividade e de ocupação da força de trabalho, com exceção da cafeicultura e do reflorestamento (médio dinamismo).

O setor Industrial entra na composição do PIB de 2000 de forma modesta, com exceção de Turmalina (47,19%) e Diamantina (19,32%). As taxas de crescimento registradas mostraram um desempenho acima da média estadual em oito municípios da Área de Planejamento.

Na análise do agregado do setor Serviços, cabe ressaltar outra grande limitação: seis das nove sedes municipais têm população inferior a 10 mil habitantes, estando duas – Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto – com população inferior a dois mil habitantes. O maior centro urbano é Diamantina, com população, em 2000, de 29.565 habitantes. Tecnicamente isso significa a inexistência de um mercado mínimo para a instalação de atividades diversificadas e com maior grau de sofisticação.

A baixa participação dos setores Agropecuário e Industrial na geração do PIB contrapõe-se à contribuição maciça do setor Serviços em todos os municípios, variando de 45,78% (Turmalina) a 81,71% (São Gonçalo do Rio Preto), conforme tabela 2. Apesar de não terem apresentado um resultado tão atrativo como as do setor Industrial, as taxas de crescimento da Área de Planejamento e de cinco dos seus

municípios ficaram acima da média estadual – Capelinha (5,10), Felício dos Santos (5,71), Minas Novas (8,03), Serro (4,71) e Turmalina (3,13).

TABELA 1.2

Estrutura setorial do Produto Interno Bruto (PIB) segundo os municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais, 1990 e 2000

SEGMENTO	1990			2000		
	Agropecuário	Industrial	Serviços	Agropecuário	Industrial	Serviços
Capelinha	38,51	4,88	56,61	42,23	7,57	50,21
Couto de Magalhães de Minas	13,48	6,15	80,37	9,09	12,28	78,63
Diamantina	10,61	19,48	69,91	3,24	19,32	77,44
Felício dos Santos	30,55	2,75	66,70	15,04	4,00	80,95
Itamarandiba	32,18	5,40	62,42	29,88	8,70	61,42
Minas Novas	51,99	7,35	40,66	24,07	9,98	65,94
São Gonçalo do Rio Preto	19,08	1,66	79,26	11,49	6,80	81,71
Serro	27,40	9,81	62,80	16,70	12,53	70,77
Turmalina	28,51	25,59	45,89	7,03	47,19	45,78
ÁREA DE PLANEJAMENTO	26,64	12,47	60,88	19,87	15,74	64,39
PÓLO VALE DO JEQUITINHONHA	33,17	14,58	52,25	18,93	18,90	62,18
MINAS GERAIS	11,20	41,16	47,64	8,45	43,34	48,21

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (CEI). Centro de Estatística e Informações (CEI).
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)

1.2.2 Análise social

A falta de perspectivas econômicas e as baixas condições de vida têm interferido historicamente no comportamento demográfico, marcado pela emigração, que, aliada à queda da fecundidade – mesmo que ainda se situem em níveis superiores à média estadual –, determina taxas negativas de crescimento da população, independentemente dos desmembramentos territoriais.⁷ Os pequenos estoques populacionais, aliados à grande extensão territorial de alguns municípios, determinam a baixa densidade populacional. A taxa anual de crescimento foi negativa na década de 90 (-0,44) – especialmente em Turmalina (-2,36) e Itamarandiba (-1,11) –, bem aquém da performance estadual de crescimento, que foi de 1,43% (TAB. 3).

⁷ A Lei 12.030, de 21 de dezembro de 1995, criou os municípios de Angelândia (Capelinha), Aricanduva (Itamarandiba), Leme do Prado (Minas Novas) e Veredinha (Turmalina).

TABELA 1.3

População total e taxas anuais de crescimentos nos períodos intercensitários – Municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais.

SEGMENTO	POPULAÇÃO TOTAL				TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO		
	1970	1980	1991	2000	1970/80	1980/91	1991/00
Capelinha	19.896	23.719	30.338	31.231	1,77	2,49	0,32
Couto de Magalhães de Minas	3.381	3.119	4.012	4.007	-0,80	2,55	-0,01
Diamantina	36.308	35.925	44.299	44.259	-0,11	2,12	-0,01
Felício dos Santos	4.805	4.600	5.802	5.729	-0,44	2,35	-0,14
Itamarandiba	27.282	28.907	32.506	29.400	0,58	1,18	-1,11
Minas Novas	25.225	27.506	33.631	30.646	0,87	2,03	-1,03
São Gonçalo do Rio Preto	2.852	2.809	2.996	2.963	-0,15	0,65	-0,12
Serro	17.814	17.369	19.341	21.012	-0,25	1,08	0,92
Turmalina	16.797	17.339	19.409	15.655	0,32	1,13	-2,36
ÁREA DE PLANEJAMENTO	154.360	161.293	192.334	184.902	0,44	1,78	-0,44
PÓLO VALE DO JEQUITINHONHA	441.008	446.955	492.916	480.871	0,13	0,98	-0,27
MINAS GERAIS	11.635.564	13.380.105	15.743.530	17.891.494	1,41	1,64	1,43
Área de Planejamento/Pólo (%)	35,00	36,09	39,02	38,45			
Área de Planejamento/MG (%)	1,33	1,21	1,22	1,03			
Pólo/Minas Gerais (%)	3,79	3,34	3,13	2,69			

Fonte: Dados Básicos IBGE Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Elaboração Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

Outra característica a ser observada é a permanência de um percentual relativamente alto de população rural (39%) – se comparado com a média estadual (18%) –, com destaque para Minas Novas (75%) e Felício dos Santos (65%), conforme dados do Censo Demográfico 2000 (TAB. 1.4).

TABELA 1.4

População total, urbana e rural dos municípios, Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais

SEGMENTO	TOTAL	URBANA		RURAL	
		Total	%	Total	%
Capelinha.....	31.231	20066	64,25	11165	35,75
Couto de Magalhães de Minas.....	4.007	3621	90,37	386	9,63
Diamantina.....	44.259	37774	85,35	6485	14,65
Felício dos Santos.....	5.729	1994	34,81	3735	65,19
Itamarandiba.....	29.400	17717	60,26	11683	39,74
Minas Novas.....	30.646	7730	25,22	22916	74,78
São Gonçalo do Rio Preto.....	2.963	1724	58,18	1239	41,82
Serro.....	21.012	11791	56,12	9221	43,88
Turmalina.....	15.655	10158	64,89	5497	35,11
ÁREA DE PLANEJAMENTO.....	184.902	112.575	60,88	72.327	39,12
PT VALE DOJEQUITINHONHA.....	480.871	291250	60,57	189621	39,43
MINAS GERAIS.....	17.891.494	14.671.828	82,00	3.219.666	18,00
Área de Planejamento/Pólo (%).....	38,45	38,65		38,14	
Área de Planejamento/Minas Gerais (%).....	1,03	0,77		2,25	
Pólo/Minas Gerais (%).....	2,69	1,99		5,89	

Fonte: Dados básicos: IBGE, Censo demográfico, 2000.

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES).

A persistirem os índices de pobreza, o baixo dinamismo econômico e, conseqüentemente, a falta de perspectivas de emprego, a emigração terá continuidade.

As condições sociais vigentes na Área de Planejamento, medidas pelo IDHM⁸ a partir de 1970, mostram os municípios em baixas condições de desenvolvimento, uma realidade por demais conhecida e veiculada.

⁸ O cálculo do IDHM segue a metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), adaptada à unidade de análise, o município. O IDHM é obtido pela média aritmética simples de três índices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM – Longevidade), Educação (IDHM – Educação) e Renda (IDHM – Renda). O IDHM – Longevidade é obtido a partir do indicador *esperança de vida ao nascer*; o IDHM – Educação é a média dos índices *taxa de alfabetização* (peso 2) e *taxa bruta de freqüência à escola* (peso 1); o IDHM – Renda é construído a partir do *nível de renda*. O IDH classifica, dentro dos intervalos estabelecidos, os seguintes níveis de desenvolvimento humano: até 0,5 – Baixo Desenvolvimento Humano; de 0,5 a 0,8 – Médio Desenvolvimento Humano; acima de 0,8 – Alto Desenvolvimento Humano. Para efeito de análise a Fundação João Pinheiro vem subdividindo a faixa de Médio Desenvolvimento Humano em Médio–Alto (IDHM entre 0,7 a 0,79); Médio–Médio (IDHM entre 0,6 a 0,69) e Médio–Baixo (IDHM entre 0,5 a 0,59).

Três municípios da Área de Planejamento se enquadram na faixa Médio–Alto Desenvolvimento Humano: Couto de Magalhães de Minas, Diamantina e Turmalina. Os demais situam-se na faixa Médio–Médio Desenvolvimento Humano. Todos, entretanto, continuam ocupando baixas posições no ordenamento dos municípios mineiros. Minas Novas aparece com o pior índice e a mais baixa ordem, ao passo que Diamantina detém o melhor resultado, apesar de ter perdido algumas posições no ordenamento dos índices no Estado de Minas Gerais.

Todos os municípios têm IDHM-Renda abaixo da média estadual. Em 1991, Minas Novas, Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto apresentaram índices abaixo de 0,5. Os demais ficaram um pouco acima de 0,5. Em 2000, os índices, em todos os municípios, ficaram ligeiramente acima de 0,5. Esse é o indicador incontestável de medida da pobreza regional.

Os valores e o ordenamento do IDH-M – e dos componentes Renda, Longevidade e Educação – estão sintetizados na TAB. 1.5.

TABELA 1.5

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e índices componentes por município, Minas Gerais e Brasil. 1991 e 2000

SEGMENTO	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL				ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - RENDA				ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - LONGEVIDADE				ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - EDUCAÇÃO			
	1991	Ordem	2000	Ordem	1991	Ordem	2000	Ordem	1991	Ordem	2000	Ordem	1991	Ordem	2000	Ordem
Capelinha	0,564	718	0,673	658	0,536	508	0,603	543	0,572	798	0,693	690	0,584	708	0,724	728
Couto de Magalhães de Minas	0,620	508	0,712	488	0,559	420	0,589	589	0,621	682	0,728	532	0,680	450	0,819	296
Diamantina	0,674	255	0,748	299	0,594	278	0,668	243	0,686	369	0,728	533	0,742	192	0,848	130
Felício dos Santos	0,567	709	0,657	722	0,437	816	0,504	804	0,679	405	0,695	681	0,584	709	0,771	568
Itamarandiba	0,563	724	0,663	698	0,510	609	0,556	688	0,614	713	0,696	676	0,566	737	0,736	691
Minas Novas	0,525	797	0,633	785	0,435	819	0,508	800	0,666	490	0,702	647	0,474	823	0,690	801
São Gonçalo do Rio Preto	0,548	758	0,635	781	0,492	681	0,571	642	0,521	844	0,573	851	0,631	606	0,761	814
Serro	0,602	575	0,658	717	0,534	524	0,569	652	0,657	537	0,672	759	0,615	658	0,734	701
Turmalina	0,599	590	0,705	523	0,511	608	0,579	618	0,660	520	0,766	313	0,626	623	0,769	575
Pior valor em MG	0,419	853	0,568	853	0,377	853	0,423	853	0,467	853	0,571	853	0,348	853	0,573	853
Melhor valor em MG	0,791	1	0,841	1	0,779	1	0,828	1	0,775	1	0,865	1	0,866	1	0,929	1
MINAS GERAIS	0,697		0,773		0,652		0,711		0,689		0,759		0,751		0,850	
BRASIL	0,696		0,766		0,681		0,723		0,662		0,727		0,745		0,849	

Fonte: PNUD/FJP/IPEA Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

As baixas condições de renda explicam o elevado percentual de pobres⁹ e de indigentes,¹⁰ muito acima da média registrada para Minas Gerais, mesmo que os percentuais tenham se reduzido em 2000.

Nessa perspectiva, todos os municípios – exceto Diamantina, com 40,21% em 2000 – têm proporção de pobres acima de 50%, com maior concentração em Felício dos Santos (70,14%). A proporção de indigentes é maior em Felício dos Santos (57,76% em 1991) e Serro (44,51% em 2000).

A segunda consideração refere-se à importância da participação das transferências governamentais¹¹ na renda total do município e na renda familiar, sintomas que evidenciam também os problemas de renda que caracterizam a área.

A participação das transferências na renda total dos municípios sempre está acima da média estadual nos dois anos considerados. Em 1991, apenas dois municípios – Capelinha (6,94) e Itamarandiba (10,72) – estavam abaixo da média estadual (10,96). A participação variava de 6,94 (Capelinha) a 15,99 (Couto de Magalhães de Minas). Em 2000, ocorre uma elevação considerável na participação das transferências governamentais em todos os municípios pesquisados, que permanecem bem acima da média estadual (16,30), com exceção de Capelinha (12,83). Os valores extremos estão em Capelinha (12,83) e Serro (23,68).

A importância das transferências governamentais na renda familiar é dada pelo indicador “percentual de pessoas com mais de 50% da renda familiar originada de transferências governamentais”, que tem seus valores aumentados, para os dois anos, nos municípios pesquisados. Em 1991, a média estadual era de 7,83, e apenas o município de Capelinha apresentava valores inferiores (4,26). Os demais estavam todos acima da média, com um valor máximo em Couto de Magalhães de Minas (13,04). Em 2000, a média estadual era de 13,95. Os municípios pesquisados atingem

⁹ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalente a 1/2 salário mínimo vigente em agosto de 2000. O número de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Os valores para Minas Gerais são 43,27 (1991) e 29,77 (2000).

¹⁰ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 37,75, equivalente a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O número de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Os valores para Minas Gerais são: 19,72 (1991) e 12,57 (2000).

¹¹ Aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como renda mínima, bolsa-escola e seguro desemprego.

um percentual entre 10% e 20%, com pontos máximos em Serro (20,96), Felício dos Santos (20,68) e São Gonçalo do Rio Preto (20,67), ficando o menor valor com Capelinha (13,04).

No componente Longevidade, os municípios se posicionam também muito mal, ficando o indicador *esperança de vida ao nascer* e outras variáveis, tais como taxa de fecundidade e taxa de mortalidade infantil, em grande desvantagem em relação à média estadual. A pior posição é de São Gonçalo do Rio Preto (851º) e a melhor a de Turmalina (313º).

O componente Educação, apesar de ter sido o principal responsável pelos ganhos no IDH no período 1991/2000, mostra a permanência de graves problemas: altas taxas de analfabetismo entre os jovens, crianças fora da escola e defasagem escolar. Para a população com idade superior a 25 anos, a situação é de risco, com altas taxas de analfabetismo e alto percentual de pessoas com menos de 4 anos de estudo (analfabetismo funcional) e 8 anos de estudo, o que se traduz em baixa capacidade para competir no mercado de trabalho. Neste índice, a pior posição é ocupada por São Gonçalo do Rio Preto (814º) e a melhor a de Diamantina (130º). Os levantamentos de campo mostram deficiências na oferta de ensino médio, de cursos de alfabetização de adultos e de capacitação profissional nas áreas de interesse para o desenvolvimento do turismo.

Dados estatísticos e informações de campo revelam, também, problemas na atenção básica à saúde, constatados pelo número de internações suscetíveis a atenção ambulatorial e pela persistência de doenças infecto-contagiosas como principais causas de morbidade e mortalidade decorrentes das más condições de saneamento.

Apesar de mostrarem alguns avanços ocorridos na década, os dados para 2000 foram insuficientes para alterar o perfil histórico da Área de Planejamento. Se, de um lado, esse perfil, especialmente quando identificado com a educação, coloca certas dificuldades para o desenvolvimento do turismo, de outro, o incremento da atividade turística pode ser visto como uma opção de melhoria dos indicadores econômicos e sociais, dado o seu potencial de geração de empregos (diretos e indiretos) e renda, e as relações que se estabelecem entre diferentes setores das economias locais.

1.3 Infra-estrutura

A Área de Planejamento, com problemas de baixo desempenho das atividades produtivas e de baixos índices de IDHM, caracteriza-se, também, por sérias deficiências de infra-estrutura.

Os sistemas de saneamento apresentam serviços de qualidade muito aquém da desejável – em detrimento do bem-estar da população – e informações não consolidadas nas administrações locais, que são as prestadoras preferenciais desses serviços. No diagnóstico, foram apontadas as divergências de informação entre a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000 e aquelas obtidas nos levantamentos de campo.

1.3.1 Saneamento básico – Água e esgoto

As deficiências de acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário podem ser mais bem compreendidas quando se observam os dados da TAB. 1.6. Todos os municípios têm percentual de população com acesso a esses serviços inferior à média estadual. A exceção é Couto de Magalhães de Minas em serviço de água.

TABELA 1.6

Percentual de pessoas vivendo em domicílios com água encanada e banheiro e água encanada nos municípios da Área de Planejamento, Pólo e Minas Gerais – 2000

SEGMENTO	ÁGUA ENCANADA (1)	BANHEIRO E ÁGUA ENCANADA (2)
Capelinha	64,18	55,93
Couto de Magalhães de Minas	90,60	86,12
Diamantina	85,17	81,63
Felício dos Santos	66,51	54,26
Itamarandiba	67,78	56,46
Minas Novas	45,77	36,45
São Gonçalo do Rio Preto	76,74	72,75
Serro	63,80	57,68
Turmalina	71,19	63,42
Pólo Vale do Jequitinhonha	59,11	53,06
MINAS GERAIS	89,53	87,20

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 2000

- (1) Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada para um ou mais cômodos, proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água de chuva ou carro pipa.
- (2) Percentual de pessoas que vivem em domicílio com água encanada em pelo menos um dos cômodos e com banheiro, definido como cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário.

A situação dos sistemas de saneamento básico, cuja responsabilidade de execução e manutenção dos diferentes serviços está a cargo, basicamente, das administrações municipais, é precária. As exceções são os serviços de abastecimento de água nas sedes de Capelinha, Diamantina, Itamarandiba, Minas Novas, Serro e Turmalina, e de esgotamento sanitário em Diamantina e Serro, em concessão à COPASA – MG. Neste caso, há garantia de qualidade da água e de cobrança de tarifas de água e esgoto. Nos demais distritos e na zona rural, essas características não ocorrem, e o resultado final é um elevado percentual da população sem acesso a água encanada e esgoto, conforme os dados censitários de 2000.

Cabe assinalar, também, que não há Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) em funcionamento na Área de Planejamento, o que determina elevados índices de poluição dos cursos d'água, conforme apontado pelos entrevistados nas pesquisas de campo, comprometendo o equilíbrio natural e ameaçando a balneabilidade de inúmeros atrativos. Podem ser considerados pontos críticos nesse aspecto: o rio Jequitinhonha, nas localidades de Mendanha e Biribiri, em Diamantina; o rio Manso, a montante dos balneários de Couto de Magalhães de Minas; e o rio Fanado. As

situações mais graves em termos de esgotamento sanitário são as de Felício do Santos e São Gonçalo do Rio Preto, que utilizam o sistema de fossa.

Os levantamentos apontaram as preocupações das administrações locais com as deficiências de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como a inexistência de projetos de engenharia, com exceção de Diamantina, e as dificuldades de obtenção de financiamentos. O diagnóstico conclui pela necessidade generalizada de ampliação e/ou implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em todos os municípios.

1.3.2 Saneamento – Coleta e disposição de resíduos sólidos

Existem sérios problemas referentes à coleta e disposição de resíduos sólidos em aterros não controlados ou vazadouro a céu aberto, que afetam negativamente a qualidade e atratividade do meio ambiente onde se quer desenvolver o turismo, conforme a TAB. 1.7.

TABELA 1.7

Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes urbanos segundo a coleta ou destino do lixo (1) nos municípios da Área de Planejamento e em Minas Gerais, 2000

MUNICÍPIOS	COLETA OU DESTINO DO LIXO DOS DOMICÍLIOS		
	Coletado	Queimado ou enterrado	Outra forma (2)
Capelinha	83,6	12,3	4,1
Couto de Magalhães de Minas	36,8	48,6	14,6
Diamantina	71,8	22,1	6,1
Felício dos Santos	64,6	32,6	2,7
Itamarandiba	70,5	24,8	4,7
Minas Novas	88,8	9,0	2,2
São Gonçalo do Rio Preto	72,3	24,1	3,6
Serro	52,4	40,7	6,8
Turmalina	82,9	13,0	4,1
Minas Gerais	92,5	4,9	2,6

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Indicadores Sociais Municipais 2000; Censo Demográfico 2000.

(1) O destino se refere à solução utilizada pelos domicílios.

(2) Domicílios particulares permanentes com seguintes formas de destino do lixo: terreno baldio ou logradouro, rio ou lago, ou outras formas.

Nos municípios da Área de Planejamento, os serviços de limpeza urbana (limpeza, coleta e remoção de entulho) são executados por órgãos da administração municipal. A coleta de lixo é realizada regularmente nas sedes dos municípios, com o destino final em vazadouro a céu aberto em Capelinha, Couto de Magalhães de Minas e Turmalina, conforme levantamentos de campo, e em oito municípios (exceto Diamantina), conforme a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.

Os percentuais de domicílios urbanos nos municípios da Área de Planejamento do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha com lixo coletado são muito inferiores à média estadual (92,5%). A situação mais grave ocorre em Couto de Magalhães de Minas, Serro e Felício dos Santos, conforme a TAB. 1.7. A taxa de limpeza urbana não é cobrada da população na maior parte dos municípios. Onde é cobrada a arrecadação não cobre os custos da prestação de serviços.

1.3.3 Drenagem urbana

A carência de sistemas de drenagem pluvial resulta em problemas consideráveis nas áreas urbanas e aumenta os processos de degradação ambiental, o que pode acarretar graves conseqüências para a saúde pública e inibir o fluxo de turistas. Há alagamentos por deficiência no sistema de drenagem em Capelinha, Diamantina, Itamarandiba e Turmalina. Aos problemas de interconexão entre os sistemas de drenagem pluvial e esgotamento sanitário soma-se a inexistência de infra-estrutura em interceptores e tratamento de esgotos. A responsabilidade da execução e manutenção dos serviços ou obras de drenagem urbana é da administração municipal.

1.3.4 Transporte

O Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha está inserido em uma das regiões de menor densidade de rodovias pavimentadas do estado. A acessibilidade à Área de Planejamento é fortemente comprometida pela distância aos principais centros econômicos (e emissores de fluxos turísticos). Diamantina, principal destino turístico, está a 292km de Belo Horizonte e Serro, a 325km, implicando longo período de deslocamento.

O acesso aos municípios dá-se principalmente por rodovia. Há linhas diretas regulares de ônibus a partir de Belo Horizonte para Diamantina, Serro e Minas Novas. O acesso aos demais municípios se faz pelas linhas que chegam a Minas Novas. Couto de Magalhães de Minas também é acessível pela linha regular Belo Horizonte/Araçuaí.

As rodovias têm especificações técnicas, condições e necessidades de manutenção bastante diferenciadas, sendo que os pavimentos asfálticos apresentam. Com freqüência, trechos em estado precário. O acesso aos atrativos e produtos turísticos localizados fora das áreas urbanas é, em geral, também precário.

Exceto Diamantina, Serro e Couto de Magalhães de Minas, todos os demais municípios pesquisados apresentam problemas críticos de acessibilidade como destinos turísticos. Os acessos a Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto têm, respectivamente, 31 km e 9 Km de rodovia não pavimentada. O acesso aos municípios de Turmalina, Minas Novas, Capelinha e Itamarandiba, tanto a partir de Belo Horizonte como de Diamantina e Serro, envolve maiores distâncias e/ou problemas de pavimentação em vários trechos.

As condições de acesso por avião à região são limitadas, não havendo no momento condições de pouso de aeronaves maiores nem terminal de passageiros adequado para receber fluxos mais expressivos de turistas. O principal aeródromo da Área de Planejamento é o de Diamantina, que faz parte do Plano Aeroviário do Estado de Minas Gerais para o período 2000 a 2019.

O diagnóstico aponta duas principais opções para minimizar as deficiências de acesso à Área de Planejamento: a) adequação do aeródromo de Diamantina, com vistas a facilitar o fluxo turístico que se pretende para a área; e b) pavimentação completa do acesso rodoviário pela MG 010, que, além de reduzir em cerca de 100 km a distância entre os municípios de Serro e Belo Horizonte, principal centro emissor do turismo para o Pólo do Vale do Jequitinhonha, permitirá a formação de um corredor turístico interligando os Circuitos da Serra do Cipó e dos Diamantes.

No âmbito do Programa PRODETUR/NE II, pretende-se melhorar os acessos aos municípios que agregam os principais produtos e atrativos turísticos, adequando todo o sistema rodoviário às exigências dos futuros fluxos.

Tal adequação envolveria, numa estimativa conservadora apresentada pelo DER, intervenção em 479,9km de rodovias. Nas discussões com os membros do Conselho do Pólo e a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas, reconheceu-se a importância dos trechos propostos, havendo, entretanto, a necessidade de seleção de trechos prioritários, dada a limitação de recursos.